

Estatização do crédito como queria Lenin

Afastado da presidência do Banco do Brasil por contrariar a orientação do ministro Mafonso da Nóbrega, o superburocrata Camilo Calazans provavelmente exultou, na última quinta-feira, ao ver as ações desse gigante financeiro darem um salto de 11,4% na Bolsa de Valores de São Paulo. A alta, segundo analistas, foi consequência do fantástico lucro líquido de R\$ 35,9 bilhões que o BB obteve no primeiro trimestre deste ano atuando em praticamente todos os segmentos do mercado, como queria o sr. Calazans, para "compensar" essa instituição pela perda da conta-movimento, eufemismo inventado pela burocracia para esconder o buraco negro que absorvia enormes déficits das empresas estatais.

O caso do BB, contudo, é apenas a ponta do iceberg do processo de estatização em desenvolvimento no setor financeiro, que vai sendo cada vez mais ocupado por instituições pertencentes ao governo federal ou a governos estaduais.

Se as coisas continuarem como estão, em curto espaço de tempo não restará um único banco privado no País, porque as instituições particulares hoje existentes estão sendo praticamente asfixiadas pela concorrência desleal e por regulamentações feitas com o intuito de ampliar a participação das instituições estatais. Na última reunião do Conselho Monetário Nacional, por exemplo, quando o ministro da Fazenda advertia os diretores do Banco Central e outros conselheiros dos riscos do atual excesso de liquidez na economia, os superburocratas estatizantes conseguiram autorização para que o Banco do Nordeste do Brasil, o Banco da Amazônia e o Banco Nacional de Crédito Cooperativo passassem a operar no mercado aberto (open market), seguindo aliás o caminho da Caixa Econômica Federal, que recentemente recebeu idêntica autorização.

É claro que esse avanço dos bancos estatais não está acontecendo por acaso. Ele é fruto das pressões dos mesmos setores políticos reacionários que "fecharam" o Brasil ao capital externo na votação do capítulo que trata da Ordem Econômica e Financeira na nova Constituição. Esses setores não se contentam com a situação atual, com os bancos estatais controlando, já, mais da metade das atividades dos bancos comerciais, com 52,83% dos depósitos totais, 65,46% dos depósitos a prazo, 61,03% das operações de crédito, 52,3% do patrimônio líquido e 67,88% dos lucros. São números incontestáveis, publicados pela *Gazeta Mercantil*, de um universo de 64 bancos brasileiros. Segundo a mesma pesquisa, a participação dos bancos privados no total de depósitos caiu de 51,37%, em 1986, para 35,48% em 1987. Já nos depósitos à vista os bancos particulares viram sua fatia baixar de 49,03% para 32,38% no mesmo período, ao passo que as suas operações de crédito representaram apenas 24,72% do total no ano passado.

No entanto, confirmando que as empresas estatais são pessimamente administradas, os bancos privados, apesar de quase esmagados pelo peso das instituições governamentais, conseguiram manter sua participação no patrimônio líquido (40,92%) e nas receitas operacionais (42,15%). Ou seja, "foram mais prudentes do que os bancos oficiais", como concluem os autores desse importante trabalho sobre o nosso setor financeiro.

Para eles, um dos aspectos mais relevantes do setor bancário em 1987 "foi o avanço do Banco do Brasil", que conseguiu a proeza de elevar seus depósitos em 8%, enquanto os depósitos totais dos outros bancos caíram 44% em termos reais (parabéns ao sr. Calazans por sua obra em favor da estatização!). Mais ainda: o BB foi o único entre os maiores 15 bancos a apresentar crescimento de depósitos (a instituição captou R\$ 837,9 bilhões, que representam 41% do total de depósitos dos bancos; no ano anterior, o BB tinha menos de 29% dos depósitos).

Está bem claro, portanto, que o Banco do Brasil entrou com tudo para esmagar seus concorrentes e até agora está tendo êxito nessa empreitada sinistra não só para o futuro do nosso sistema econômico, que, não obstante a nova retórica do presidente Sarney, marcha celeremente para o completo domínio do Estado, mas também e sobretudo para a nossa incipiente vida democrática. O que será da incipiente democracia brasileira quando o crédito estiver inteiramente nas mãos dos detentores do poder? Que homem de empresa (se ficar algum) ousará desafiar os donos do Estado — a nomenclatura — para denunciar irregularidades?

Se o objetivo dos superburocratas instalados em Brasília e na alta administração das empresas estatais é implantar o socialismo entre nós, eles podem estar certos de que no setor financeiro falta muito pouco para atingir essa meta, pois tudo, praticamente tudo, já foi feito para estrangular os bancos privados, que logo se transformarão em meros agentes arrecadadores de tributos para um Estado insaciável e onipotente.

O ministro da Fazenda, que representa a nossa última esperança nesse túnel escuro em que se transformou a economia brasileira durante a gestão dos economistas do PMDB, já alertou a Nação sobre como funciona a cabeça desses superburocratas — e ele começou sua carreira burocrática no Banco do Brasil — e também já demonstrou a urgência de uma redefinição do papel do Estado em nosso sistema econômico.

Os jornais brasileiros têm estado repletos, nos últimos tempos, de matérias sobre as intenções privatizantes do governo Sarney. Não duvidamos, como temos repetido tantas vezes, de que, se dependesse do ministro Mafonso da Nóbrega, teríamos algo mais do que a simples restituição para a iniciativa privada de empresas que já pertenceram a ela e que caíram nas mãos do BNDES para evitar a falência por terem sido mal administradas.

O ministro da Fazenda sabe melhor do que nós que sem entrar com coragem nas estatais que realmente pesam no déficit público não conseguirá chegar nem ao déficit de 4% do PIB que estabeleceu como meta para este ano.

Mas mesmo na hipótese impensável de todo o governo Sarney passar a adotar daqui para a frente os padrões de seriedade do ministro da Fazenda, de que adiantaria uma ampla privatização que fosse acompanhada paralelamente da progressiva estatização do crédito?

Foi Lenin quem disse, nas *Teses de Abril*, que o caminho mais curto para a implantação do socialismo passa pela estatização do crédito.

JT

04-05-88

Pág. 4

Journal de
Tarde